



por Ana Carolina da Costa e Fonseca\*

OLIVER Michael; BARNES Colin. *The new politics of disablement* (As novas olíticas da deficiência). Palgrave Macmillan, 2012.

A primeira edição do livro (*Politics of disablement: a sociological approach*), publicada em 1990, foi escrita apenas por Michael Oliver. Para a escritura da segunda edição, publicada cerca de vinte anos depois da primeira, Oliver optou por desenvolver um trabalho em conjunto com Colin Barnes, o que, por si só, evidencia que o livro foi, de fato, reescrito. A segunda edição, segundo os autores, não consiste em uma mera expansão de tópicos, mas “incorpora novos desenvolvimentos teóricos, mudanças nas políticas sociais e nos contextos, e na emergência das compreensões sobre a natureza da deficiência em sociedade” (p. 3). Os autores consideram que a estrutura do livro publicado no início da década de 1990 deveria ter seu conteúdo atualizado conforme o estado da matéria nos anos 2010.

---

\* Bacharela em Direito e em Filosofia (UFRGS), Mestre em Filosofia (UFRGS), Doutora em Filosofia (UFRGS), Professora de Filosofia na UFCSPA (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre), Professora de Filosofia do Direito na FMP (Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul).

Os autores defendem duas teses centrais: i) a deficiência se torna um problema do indivíduo com o surgimento do capitalismo, quando as pessoas passam a ser avaliadas pelo que são capazes de produzir, e o deficiente (*disable*) passa a ser dito aquele que é menos hábil (*able*) para produzir algo, em comparação com os demais; e ii) grande parte das dificuldades dos deficientes decorre não do corpo que têm, mas da maneira como os seres humanos olham para os ditos não-normais e de como promovem ajustes no mundo. A dificuldade, por exemplo, de cadeirantes, decorre principalmente do fato de arquitetos projetarem prédios com escadas e não com rampas. Toma-se a conformação dos corpos da maioria como a descrição do que é normal e excluem-se muitos porque seus corpos não são como o de *quase* todos.

Evidentemente, há muitos deficientes que, devido à configuração de seus corpos, têm dificuldade de se mover no mundo. Os autores não negam que muitas variações corporais, em algum sentido, limitam o que seres humanos podem fazer no mundo. Reconhecem, contudo, que muitas limitações não decorrem de como seus corpos são, mas da maneira como o mundo foi construído. E o fato de ser uma construção é fundamental, pois significa que poderia ter sido feito de modo diferente. A discriminação, no sentido de uma diminuição do *status* do outro indivíduo, neste caso, devido à conformação dos seus corpos, segundo os autores, decorre do fato de se exigir aquilo que se sabe que alguém não conseguirá fazer, disso não se segue que outras exigências não poderiam ser feitas.

Ao longo dos nove capítulos, divididos em três partes, os autores investigam o passado para compreender de que modo ele é constitutivo do presente, e essa investigação serve de auxílio para corrigir eventuais erros com vistas à construção do futuro. A primeira parte trata dos conceitos concernentes à deficiência, bem como de suas origens, mostrando como os termos tanto em suas utilizações acadêmicas, quanto políticas, constituem a maneira como a deficiência é tratada. Além disso, trata da origem dos estudos sobre deficiência e da variedade de

perspectivas adotadas para se tratar do tema e das consequências práticas das diferentes abordagens. Já no fim da primeira parte, no terceiro capítulo, os autores discutem de que modo a deficiência se torna um problema individual com o surgimento do capitalismo.

O que antes era um problema da família e da sociedade, nas quais pessoas deficientes nasciam ou viviam, passa a ser visto como um problema do indivíduo, de quem se passa a exigir que faça o que evidentemente não consegue fazer e que, por isso, será classificado como alguém que pode menos e que, portanto, vale menos. Afinal, a sociedade capitalista atribui valor aos indivíduos pelo que eles podem fazer. Essa é, segundo os autores, a tese central do livro e permanece a mesma desde a primeira edição do livro (p. 3). Outra tese importante, a medicalização da deficiência e as constantes tentativas de acabar com a deficiência que torna uma pessoa diferente das demais, é desde já mencionada, sem, contudo, receber, ao longo do livro, o mesmo tratamento que a tese da influência do capitalismo na criação do conceito de deficiência.

Na segunda parte, os autores discutem de que modo se dão as representações e os discursos sobre a deficiência. A ideologia, a criação de identidades e a criação da deficiência como um problema são os temas tratados nos três capítulos que compõem esta parte. Alguns seres humanos têm características de mais de um grupo de discriminados. Homens negros e deficientes não são aceitos nem por grupos que lutam contra o racismo, nem pelos que lutam contra o *disablism* (discriminação devido à deficiência). Isso, segundo os autores, é evidente por não haver deficientes em grupos que lutam contra o racismo, tampouco negros nos grupos que lutam contra a discriminação devido à deficiência. Por fim, na terceira parte, os autores tratam do que está sendo e do que pode e deveria vir a ser feito para mudar o tratamento dispensado às pessoas com algum tipo de deficiência. A revisão bibliográfica dos autores é ampla, e o livro é escrito com muita clareza.

O livro tem dois grandes méritos: i) aborda de modo abrangente a maneira como a questão vem sendo tratada na academia, bem como

a maneira como se transforma em um problema acadêmico e ii) tenta explicar de que modo a deficiência se torna um problema social a partir do século XIX. Este, contudo, é um dos méritos e um dos pontos fracos do livro. O leitor sabe, desde a introdução, que essa é a tese central dos autores. E espera ver uma tese que parece, de fato, razoável, ser discutida como Michel Foucault, ao proceder à genealogia e à arqueologia dos conceitos. Deficientes existem desde sempre, a configuração de seus corpos, contudo, se torna um problema a partir de um momento sócioeconômico específico. Os autores afirmam que a organização social transforma corpos humanos em um problema a ser resolvido por famílias, sociedades e estados, isto é, que a deficiência se torna um problema teórico e prático, com dois aspectos importantes: i) é do indivíduo e ii) deve ser tratado pelas ciências biomédicas. A tese parece interessante. O leitor se deixa, a princípio, convencer. Mas isso não é suficiente.

Etiquetas de deficiência são sempre atribuídas, jamais escolhidas (p. 113). É o outro que olha para um ser humano e lhe atribui um impedimento. Grande parte do esforço daqueles ditos deficientes está em afirmar a pluralidade de configurações de corpos, e não o prejuízo dos corpos daqueles que estão em desconformidade com o formato do suposto ser humano médio. Se olharmos com atenção para o mundo, perceberemos que, de fato, tal ser humano médio não existe, o que ocorre é o destaque de algumas características e a exigência arbitrária de que todos deveriam ter tais características. O livro de Oliver e Barnes nos pergunta por quê. Por que essas e não outras? E por que alguma? A primeira resposta é a exigência do modo de produção capitalista. A segunda, a discriminação. E quem tem legitimidade para a análise? E para falar academicamente em nome dos deficientes?

Os autores defendem que apenas aqueles que têm alguma espécie de *impairment* (impedimento) podem escrever com propriedade sobre o tema. Eles avisam os leitores, já na introdução, “we both have impairments” (p. 2), ambos temos impedimentos. Há um conhecido

título de um artigo sobre epistemologia que pergunta “Como é ser um morcego?”. Thomas Nagel quer saber não como nós, seres humanos, pensamos que é ser um morcego, mas como o morcego pensa que é ser um morcego, ou seja, podemos tentar nos colocar no lugar do outro, pensar como se fôssemos o outro. Mas não somos, e tudo o que temos é a nossa perspectiva. O mesmo, segundo Oliver e Barnes, vale para a questão da deficiência. Não-deficientes podem tentar pensar como se fossem deficientes, mas não o são.

Se, contudo, o argumento dos autores estiver correto, se quase todos os corpos sofrem mais ou menos apenas por, em um certo momento do tempo, estarem mais ou menos conforme o que se constrói socialmente como o “normal” ou como o desejado, então, é preciso ou bem reconhecer que a sensibilidade para compreender as dificuldades daqueles ditos como “sem pares” em um certo tempo e espaço independe de como o corpo de quem escreve sobre deficiência é, ou aceitar que todo o discurso sobre deficiência é limitado espaço-temporalmente, pois é preciso que se consiga compreender o que é deficiência a partir do que o discurso discriminatório diz, para, então, identificarmos deficientes que poderão escrever sobre suas deficiências, mas não sobre a deficiência em geral. Se o conceito do que é ser deficiente (*disable*) muda histórica e culturalmente, não cabe no momento em que parece permitido a quem é tomado nas sociedades ocidentais do presente como deficiente estabelecer as condições para escrever sobre deficiência. Tudo o que os que se reconhecem como deficientes no presente poderiam dizer é algo sobre suas deficiências. O discurso seria, sempre, em primeira pessoa.

Parece que os autores nos apresentam um impasse: ou bem aceitamos que a deficiência é uma construção cultural que varia espaço-temporalmente e que, portanto, não há o deficiente em si, apenas o apontado como deficiente, e deficientes ou não poderiam falar sobre, pois todo discurso sobre a deficiência seria, inevitavelmente, de uma perspectiva marcada culturalmente; ou o discurso sobre a deficiência

é sempre um discurso em primeira pessoa, daqueles que em um certo momento são apontados como deficientes. Nesse sentido, não seria possível um deficiente fazer extrapolações teóricas para os demais, pois todo *impairment* (impedimento) apontado como deficiência seria único.